



Despacho do SEA, de 16/2/2016

☒ Homologo nos termos propostos.

☐ Não homologo.

Observações: _____

Assinatura: _____

Fernando Araújo

Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

PARECER

Face às conclusões decorrentes da proposta de revisão do QUAR 2015 da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., propõe-se que o presente parecer seja submetido, para homologação, com base nos resultados evidenciados no seu conteúdo.

À consideração superior,

Núcleo de Planeamento
Estratégico e Avaliação
Direção-Geral da Saúde

8.2.2016

DESPACHO

1. Concordo com o presente parecer.
2. À consideração do Senhor Ministro da Saúde, no que se refere à revisão de objetivos/indicadores do QUAR de 2015 do presente parecer técnico.

Fernando Araújo

8.2.2016

PARECER TÉCNICO: SIADAP 1

Proposta de Revisão de Objetivos/Indicadores do QUAR de 2015, da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., emitido pela Direção-Geral da Saúde - Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação (de acordo com Despacho do Ministro da Saúde nº5/2012 de 22 de Março)

A Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS) (IPST), remeteu por ofício (nº 10938 de 18.11.2015) e por correio eletrónico (16.11.2015), à Direção-Geral da Saúde (DGS), uma proposta de revisão de objetivos/indicadores do seu QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) de 2015, assim como também do Plano de Atividades de 2015.

De salientar que ao abrigo da legislação em vigor, a DGS apenas deve pronunciar-se sobre as propostas institucionais de revisão do QUAR, competindo aos órgãos de gestão interna das instituições a análise da proposta de alteração do Plano de Atividades, após a sua homologação. Serve o Relatório de Atividades para espelhar e justificar essas mesmas alterações.

De referir ainda que, de acordo com a alínea d) do nº 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a eventual revisão de objetivos/indicadores apenas poderá ocorrer em função de contingências não previsíveis ao nível político ou administrativo. Considera-se ainda que os organismos não deverão apresentar alterações de objetivos/indicadores cujos prazos ou resultados tenham sido alcançados ou prestes a alcançar à data da sua proposta, pois essa

prática compromete o propósito do SIADAP1, como instrumento da avaliação do desempenho dos serviços.

Cumpra assim analisar a proposta de modo a emitir um parecer técnico relativo ao solicitado.

A proposta apresentada recai sobre:

- a) **Indicador nº 2.2** [Informação para a Conta satélite - ano 2014 (repartição funcional - table 4 - *current expenditure on health by function of care and source of funding*) (dias)], com meta 272, tolerância 0, valor crítico 267 e peso 25%, do **Objetivo Operacional nº 2** [Prestação de informação ao INE - Contas Nacionais e Contas Satélite].

A ACSS propõe alteração da meta e valor crítico do indicador nº 2.2, para respetivamente 360 dias e 350 dias, argumentando que *“a necessidade de reformular deve-se a informação resultante da repartição da despesa do SNS por funções e fontes de financiamento, cujos trabalhos de preparação e elaboração dependem da contabilidade analítica”*.

Considerando estarem em causa contingências administrativas não previsíveis, a justificar o pedido de revisão do indicador nº 2.2 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), concorda-se com o solicitado, porém salvaguardando o propósito do SIADAP1 e não comprometendo o resultado de desempenho homologado, o valor crítico (valor de excelência) deve ser mantido, constando no QUAR de 2015 da ACSS, após homologação da tutela, o seguinte conteúdo:

- Indicador 2.2 – [sem alteração];
 - Meta – 360; Tolerância, Valor Crítico e Peso – [sem alteração].
- b) **Indicador nº 2.3** [Informação para a conta satélite - ano 2014 (informação preliminar) (dias)], com meta 88, tolerância 0, valor crítico 83 e peso 25%, do **Objetivo Operacional nº 2** [Prestação de informação ao INE - Contas Nacionais e Contas Satélite].

A ACSS propõe alteração da meta e valor crítico do indicador nº 2.3, para respetivamente 120 dias e 115 dias, argumentando que *“a necessidade de reformular deve-se a prestação de contas do ano de 2014, que passou por um processo difícil de transição do referencial contabilístico POCMS para SNC pelo que a indefinição sobre o referencial a aplicar pelas EPE atrasou substancialmente o encerramento de contas desse ano. Tendo-se verificado que não estavam reunidas as condições para o encerramento no referencial SNC, em 24 março de 2015 foi publicado o despacho conjunto nº 3016-A/2015 do Gabinete da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado da Saúde permitindo o encerramento em POCMS, ou seja muito próximo da data legal de encerramento de contas para as EPE – 31 março. Esta situação originou que só em abril de 2015 fossem conhecidos os resultados preliminares do ano 2014 em POCMS”*.

De referir que a meta homologada para o indicador 2.3 corresponde ao prazo de cumprimento até 28.03.2015.

Apesar de estarem em causa contingências políticas e administrativas não previsíveis a justificarem o pedido de revisão do indicador nº 2.3 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), não são consideradas para análise alterações de indicadores cujo prazo de cumprimento já foi alcançado à data do envio da proposta de revisão. Considera-se que a alteração do indicador 2.3 condicionará o resultado de desempenho, desvirtuando o propósito do SIADAP1, uma vez que a homologação poderá estar a incidir sobre um indicador cuja meta está prestes ou já foi alcançada, em detrimento de outro em incumprimento.

Assim, conclui-se que não estão reunidas as condições necessárias à reformulação do indicador, pelo que se emite parecer negativo ao solicitado.

- c) **Indicador nº 7.2** [Elaborar proposta de constituição dos júris para o procedimento concursal de 2015, tendo por base as listas provisórias de candidatos, remetidas à ACSS pelas ARS e DRS (dias após entrada pedido)], com meta 30, tolerância 10, valor crítico 15 e peso 40%, do **Objetivo Operacional nº 7, relevante** [Acompanhamento dos procedimentos concursais para atribuição do grau de consultor].

A ACSS propõe alteração do descritivo do indicador nº 7.2 para “Elaborar proposta de constituição dos júris para o procedimento concursal de 2015, tendo por base a informação remetida à ACSS pelas ARS e DRS (dias após último registo)”, argumentando que *“nesta data não se prevê ser praticável que as ARS e as DRS remetam a informação relativa à constituição dos júris. Com a informação recebida, far-se-á a proposta de constituição dos júris para especialidades com poucos candidatos”*.

Considerando estarem em causa contingências administrativas não previsíveis e de carácter externo à ACSS a justificar o pedido de revisão do indicador nº 2.2 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), concorda-se com o solicitado, referindo-se que deve constar no QUAR de 2015 da ACSS, após homologação da tutela, o seguinte conteúdo:

- Indicador 7.2 – Elaborar proposta de constituição dos júris para o procedimento concursal de 2015, tendo por base a informação remetida à ACSS pelas ARS e DRS (dias após último registo);
 - Meta, Tolerância, Valor Crítico e Peso [sem alteração].
- d) **Indicador nº 8.2** [Prazo para conclusão do Relatório referente ao desenvolvimento da contratualização no âmbito dos cuidados continuados integrados (dias)], com meta 120, tolerância 10, valor crítico 108 e peso 50%, do **Objetivo Operacional nº 8, relevante** [Estudar e operacionalizar a implementação de modelos de financiamento e modalidades de pagamento para o sistema de saúde].

A ACSS propõe substituição integral do indicador nº 8.2 para “Prazo para conclusão da proposta de modelo de financiamento para os centros de referência (dias)”, com meta 300, tolerância 10, valor crítico 270 e peso 50%, argumentando que *“na sequência do*

despacho de 21 de julho de 2015, do Senhor SEAMS que aprovou o relatório da Comissão Nacional para os Centros de Referência, onde são propostos os critérios gerais e específicos para a constituição dos Centros de Referência de 2015, nomeadamente em relação ao modelo de financiamento a adotar para as várias áreas dos Centros de Referência."

De referir que a meta homologada para o indicador 8.2 corresponde ao prazo de cumprimento até 30.04.2015.

Tendo em conta que a fundamentação não apresenta razões claras do propósito da revisão do indicador 8.2 (descrevendo apenas uma diretiva política), e apesar de deduzir-se que estão em causa contingências políticas (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), não são consideradas para análise alterações de indicadores cujo prazo de cumprimento já foi alcançado à data do envio da proposta de revisão. Considera-se que a alteração do indicador 8.2 condicionará o resultado de desempenho, desvirtuando o propósito do SIADAP1, uma vez que a homologação poderá estar a incidir sobre um indicador cuja meta está prestes ou já foi alcançada, em detrimento de outro em incumprimento.

Assim, conclui-se que não estão reunidas as condições necessárias à reformulação do indicador, pelo que se emite parecer negativo ao solicitado.

- e) **Indicador nº 10.2** [N.º de relatórios trimestrais de atividade do CCF finalizados no prazo (final do mês do trimestre seguinte)], com meta 3, tolerância 0, valor crítico 4 e peso 20%, do **Objetivo Operacional nº 10, relevante** [Gerir e acompanhar a execução do contrato de manutenção da operação do CCF].

A ACSS propõe alteração do descritivo do indicador nº 10.2 para "N.º de relatórios trimestrais de atividade do CCF finalizados", justificando que *"a necessidade de revisão (...) decorre de contingências a nível administrativo, associadas à saída de um recurso e o tempo necessário à sua substituição (6 meses), decorrente dos constrangimentos e dificuldades associadas à mobilidade de pessoas na Administração Pública. Durante o período que decorreu entre a saída do recurso e a sua substituição, não foi possível produzir a informação prevista neste indicador"*.

Considerando estarem em causa contingências políticas e administrativas não previsíveis, a justificar o pedido de revisão do indicador nº 2.2 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), concorda-se com o solicitado, referindo-se que deve constar no QUAR de 2015 da ACSS, após homologação da tutela, o seguinte conteúdo:

- Indicador 10.2 – N.º de relatórios trimestrais de atividade do CCF finalizados; 
 - Meta, Tolerância, Valor Crítico e Peso [sem alteração].

- f) **Indicador nº 11.1** [N.º Reuniões do GT de Controlo da Fraude e GAT e Reuniões com UEI], com meta 15, tolerância 2, valor crítico 19 e peso 30%, **Indicador nº 11.2** [Notas informativas sobre a análise dos relatórios mensais da UEI, concluídas até 7 dias após a receção dos mesmos (%)], com meta 70%, tolerância 10%, valor crítico 100% e peso 20%, **Indicador nº 11.3** [Pedidos de informação rececionados encaminhados e respondidos no prazo de 2 dias (%)], com meta 75%, tolerância 10%, valor crítico 100% e peso 50%, do **Objetivo Operacional nº 11** [Assegurar a articulação entre a Unidade de Exploração de Informação do CCF, o GAT e os organismos de inspeção sectorial e órgãos da polícia criminal e justiça].

A ACSS propõe substituição integral dos indicadores nº 11.1, 11.2 e 11.3 e respetivo objetivo para respetivamente [11.1] “Publicação da regulamentação (portarias) da receita sem papel (RSP) e da conferência da RSP (mês de publicação)”, com meta 7, tolerância 1, valor crítico 5 e peso 50%, [11.2] “Proposta de aprovação do Manual de Relacionamento do CCF com as Farmácias para adaptação à RSP e fatura eletrónica (dias)”, com meta 297, tolerância 5, valor crítico 286 e peso 50%, e objetivo operacional [11] implementar desmaterialização da receita médica, prescrição, faturação e conferência Receita Sem Papel (RSP).

A fundamentação apresentada pela ACSS tem como foco “*contingências a nível político associadas à mudança de prioridades políticas ordenadas pela Tutela, nomeadamente a implementação de todo o processo de desmaterialização da receita médica, nomeadamente a produção da receita sem papel (RSP) e a implementação da fatura eletrónica, até outubro de 2015. Esta alteração das prioridades obrigou a reafectar a equipa e as respetivas atividades para a concretização do objetivo*”

Apesar de estarem em causa contingências políticas e administrativas não previsíveis a justificarem o pedido de substituição dos indicadores nº 11.1, 11.2 e 11.3 e respetivo objetivo nº 11 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), não são consideradas para análise alterações de indicadores cujo prazo de cumprimento proposto está prestes ou já foi alcançado à data do envio da proposta de revisão. Considera-se que a alteração dos indicadores nº 11.1, 11.2 e 11.3 e respetivo objetivo nº 11 condicionará o resultado de desempenho, desvirtuando o propósito do SIADAP1, uma vez que a homologação poderá estar a incidir sobre indicadores cujas metas estão prestes ou já foram alcançadas, em detrimento de outros em incumprimento.

Assim, conclui-se que não estão reunidas as condições necessárias à reformulação do indicador, pelo que se emite parecer negativo ao solicitado.

- g) **Indicador nº 14.1** [Elaboração dos relatórios trimestrais de monitorização de consumos e custos com energia e água e de produção de resíduos (nº de dias úteis após final de cada trimestre)], com meta 90, tolerância 0, valor crítico 85 e peso 30%, **Indicador nº 14.2** [Desenvolvimento de Ranking de consumos e custos com energia e água e de produção

de resíduos 2014 (n.º dias)], com meta 272, tolerância 0, valor crítico 257 e peso 30%, do **Objetivo Operacional nº 14** [Gestão do Plano Estratégico de Baixo Carbono e do Programa de Eficiência Energética da Administração Pública no Ministérios da Saúde].

A ACSS propõe alteração da meta e tolerância dos indicadores nº 14.1 e 14.2, para respetivamente meta 125 dias mantendo a tolerância em zero, e meta 322 dias com tolerância de 7 dias, argumentando que *"dada a imperatividade de afetação de recursos ao cumprimento prioritário e urgente dos processos das duas PPP - HLO e CMFRS – na área das I&E."*

De referir que o prazo de cumprimento homologado para o indicador 14.1 corresponde à elaboração de relatórios trimestrais em datas distintas, especificamente relativo ao 4º trimestre de 2014 até 10.05.2015, ao 1º trimestre de 2015 até 06.08.2015, ao 2º trimestre de 2015 até 02.11.2015 e ao 3º trimestre de 2015 até 31.12.2015 (este último assume o resultado máximo de 65 dias). Relativamente ao indicador 14.2 corresponde ao prazo de cumprimento até 29.09.2015.

Apesar de estarem em causa contingências políticas e administrativas não previsíveis a justificarem o pedido de revisão dos indicadores nº 14.1 e 14.2 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), não são consideradas para análise alterações de indicadores cujo prazo de cumprimento está prestes ou já foi alcançado à data do envio da proposta de revisão. Considera-se que a alteração dos indicadores nº 14.1 e 14.2 condicionará o resultado de desempenho, desvirtuando o propósito do SIADAP1, uma vez que a homologação poderá estar a incidir sobre indicadores cujas metas estão prestes ou já foram alcançadas, em detrimento de outros em incumprimento.

Assim, conclui-se que não estão reunidas as condições necessárias à reformulação do indicador, pelo que se emite parecer negativo ao solicitado. ✓

Face à análise, e tendo por base a proposta enviada pela ACSS quanto à Revisão do QUAR de 2015 (anexo), propõe-se o envio do presente parecer para homologação da Tutela, nos termos acima referidos, relativamente: à alteração da meta do indicador nº 2.2; alteração do descritivo do indicador nº 7.2 e indicador nº 10.2.

A decisão que recair sobre o presente parecer será posteriormente comunicada ao dirigente máximo da ACSS.

À consideração superior,

23 de Dezembro de 2015

Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação